

## Ubuntu e Neo-Comunitarismo como Correntes da ética Africana

*Ubuntu and Neocommunitarianism as Currents of African Ethics*

**Cassamo Ussene Mussagy**

Docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Save, Moçambique  
Mestre em Educação/Ensino de Filosofia na Universidade Licungo, Moçambique  
cassamoussene@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0006-0925-4279>

**Resumo:** Este artigo objetiva compreender o *Ubuntu* e o Neo-comunitarismo, como correntes da Ética

Africana. Baseando-se na análise bibliográfica permitiu-nos apurar que, enquanto corrente da ética africana, o *Ubuntu* compreende o mundo, como ligação do homem com a comunidade, natureza e o divino. Para o *Ubuntu*, o sujeito torna-se humano a partir do momento em que reconhece a humanidade dos outros (*eu sou porque nós somos*) e cultiva virtudes assentes no perdão e reconciliação, cooperação, respeito mútuo e inclusão de todos. Assim como o *Ubuntu*, o Neocomunitarista visa à convivência harmoniosa entre os homens, atribuindo à comunidade papel central na edificação do comportamento do indivíduo, por forma a ver o mundo, como um conjunto de relações em que a comunidade é anterior ao sujeito, portanto o “nós” é anterior ao “eu”. E cada sujeito é responsabilizado, singularmente pela existência do Outro.

**Palavras-chave:** Humanidade; Neo-Comunitarismo; *Ubuntu*

**Abstract:** This article aims to understand Ubuntu and Neo-communitarianism, as currents of African Ethics. Based on bibliographical analysis, it allowed us to determine that, as a current of African ethics, Ubuntu understands the world, as man's connection with the community, nature and the divine. For Ubuntu, the subject becomes human from the moment in which it recognizes the humanity of others (I am because we are) and cultivates virtues based on forgiveness and reconciliation, cooperation, mutual respect and inclusion of all. Just like Ubuntu, Neocommunitarianism aims at harmonious coexistence between men, giving the community a central role in building the individual's behavior, in order to see the world as a set of relationships in which the community is prior to the subject, therefore the "we" is before "I". And each subject is held solely responsible for the existence of the Other.

**Keywords:** Humanity; Neocommunitarianism; Ubuntu

## *I. Introdução*

O Ubuntu e o Neo-comunitarismo constituem correntes da Ética Africana. Caracterizam-se, principalmente, pela busca por uma convivência harmoniosa com o Outro, e a sua concepção do mundo é como uma teia de relações, na qual a humanidade de um é reconhecida na humanidade do Outro, podendo, assim, responsabilizar cada membro da comunidade pela existência do seu semelhante.

Com este artigo, procuramos, de forma geral, compreender o Ubuntu e o Neo-comunitarismo, como correntes da Ética Africana, que se contrapõem ao individualismo ocidental. De igual modo, especificamente, pretendemos situar o Ubuntu, no contexto da ética africana, caracterizando-o, como ética humanitária e comunitária; explicar o Neo-comunitarismo, como corrente da ética africana, e distingui-lo do Ubuntu, Neo-comunitarismo diante do individualismo ocidental.

O Ubuntu pressupõe uma ética humanitária baseada no amor, na fraternidade, na generosidade, na solidariedade com os outros e o desejo sincero de harmonia entre os seres humanos, a natureza e os ancestrais, que se situa na máxima: eu sou porque nós somos. Com esta máxima, o homem é convidado a se abrir ao diferente e a percebê-lo como parte de si.

Assim como o Ubuntu, o Neo-comunitarismo clama por um bom relacionamento entre os homens. São correntes éticas que defendem a antecedência do “nós” sobre o “eu”. Com o Ubuntu, o indivíduo é por intermédio dos outros, e, com o Neo-comunitarismo, a existência do Outro passa a ser responsabilizada ao indivíduo, e este é quem deve garantir uma liberdade social para que o Outro possa existir e se manifestar na comunidade. Daí que a comunidade ganha importância nessa ética, diferentemente do que acontece na ética ocidental, em que a comunidade não existe e, caso exista, é um local para a reivindicação dos direitos individuais.

Dessa feita, a questão norteadora do nosso trabalho é: de que forma o Ubuntu e o Neo-comunitarismo, como correntes da ética africana, podem contribuir para uma convivência harmoniosa? Para responder a essa questão, a nossa pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica na interpretação de obras e artigos que tratam da temática.

## 2. O Ubuntu, no contexto da Ética Africana

Os africanos têm um *modus vivendi* que se distingue dos outros povos. Essa característica peculiar está alicerçada na ideia do Ubuntu. Ora, na tentativa de tradução para a língua portuguesa, Ubuntu remete-nos à noção de “humanidade para com os outros”. Ora, o Ubuntu significa, por um lado, “a humanidade que é vivenciada e realizada com os outros, e, por outro, a humanidade como valor” (KASHINDI, 2017: 3). Assim, uma pessoa com Ubuntu “tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos” (OLIVEIRA, SANTOS & MIRANDA, 2016).

Ramose (1999: 1) considera que “Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre Ubuntu. Semelhantemente, à árvore de conhecimento africano deriva de Ubuntu com o qual é conectado indivisivelmente”. Entretanto, esse termo é iluminado, a partir do provérbio Zulu, “umuntu ngumuntu ngabantu - uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”, presente em boa parte do continente africano, pertencendo aos povos de origem bantu (VASCONCELOS, 2017: 100).

Referindo-se às categorias da filosofia africana, Kagamé teria sugerido o muntu, kintu, hantu e kuntu. Porém, Ramose veio considerar que a enumeração não é completa e nem suficiente sem a inclusão do Ubuntu. Portanto, “Ubuntu é a quinta categoria básica da filosofia africana. É a categoria ética normativa que prescreve e, portanto, deve permear a relação entre muntu, kintu, hantu, e kuntu” (RAMOSE, 2002: 1).

Quanto à sua origem, Dirk Louw considera que o Ubuntu é uma ética antiga que vem sendo usada desde tempos imemoriais. Alguns pesquisadores especulam sobre o Egito Antigo, como o local de origem do Ubuntu, conforme uma ética, mas o próprio fundamento do Ubuntu é associado à África Subsaariana e às línguas bantus (cit. em OLIVEIRA, SANTOS & MIRANDA, 2016).

Se o Ubuntu é a raiz da filosofia africana, então, representa as categorias ontológicas e epistemológicas do pensamento dos povos africanos de origem bantu. Mas, como corrente, notabilizou-se, na África do Sul pós-apartheid, sob a influência do pensamento da Black Consciousness, de Steve Biko. Nesse sentido, na África do Sul, várias figuras influenciaram e se destacaram na implementação do Ubuntu, como modo de vida, mas, merece menção da nossa

parte, a figura de Nelson Mandela e de Desmond Tutu. Para Tutu, “ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “significa que somos pessoas através de outras pessoas, que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. Praticar ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos” (NASCIMENTO, 2014: 2).

Na mesma perspectiva, Vasconcelos (2017: 100) sublinha que a máxima “eu sou, porque nós somos, possui um potencial ético capaz de fortalecer um convívio social, no qual valores como a solidariedade, a confiança, o respeito, a generosidade são assumidos como fundamentais”. Sob o pressuposto de que cada um de nós é parte do Outro, eu me identifico no outro, e, quando nos esquecemos do Outro, nós nos desumanizamos.

Castiano concorda que é na máxima, eu sou porque nós somos, que podemos encontrar as características éticas do Ubuntu, na qual sublinha que a nossa existência, como indivíduos, só se pode compreender através dos outros membros da comunidade; “nossa humanidade só é possível manifestar-se ao reconhecer a humanidade dos outros” (CASTIANO, 2010: 158). Com esse reconhecimento do Outro, “operou-se a mudança da concepção da identidade a partir do ‘eu sou porque tu não és’ (concepção excludente) para o ‘eu sou porque nós somos, e dado que somos então eu sou’ (concepção includente)” (VASCONCELOS, 2017: 101).

Se ser ou ter Ubuntu significa ser generoso, solidário, respeitoso, aberto e acessível ao Outro, naturalmente, o Ubuntu é uma ética por excelência. Nada mais do que a ética busca uma convivência harmoniosa entre os homens e outros seres vivos e não vivos; cultiva sentimentos de respeito, solidariedade, alteridade, compaixão, na comunidade. Ademais,

*É um termo relacionado à humanidade, cooperação, respeito, acolhimento, generosidade, existindo como um ethos comunitário, pois representa as ações que realizamos em sintonia com nós mesmos na busca do nosso bem-estar e de todos à nossa volta, no sentido de alteridade, comunidade, espiritualidade, se relacionando com o passado e com o ciclo das existências futuras, portanto, com a ancestralidade (NEGREIROS, 2019: 112).*

Para Kashindi (2017: 5), esse termo aceita várias qualidades ou virtudes, podendo ser definido, sob várias perspectivas, como “natureza humana, humanidade, maturidade, senso de humanidade comum, generosidade, liberalidade, grandeza de coração, bondade, amabilidade, personalidade, capacidade de sacrifício social pelos outros, entre outros”. Para tal, a educação

ganha um papel importante, no qual as crianças devem ser educadas “a dar um pouco que possuem aos outros e que só dando é que receberão de volta. Deve assegurar-se a cultura de partilha e da compaixão nas crianças. Elas também devem ser educadas a amar o próximo, mostrando carinho e um amor aos parentes, aos membros da família alargada, aos amigos e aos mais velhos” (CASTIANO, 2010: 164-165).

De fato, esse relacionamento harmonioso com o Outro possibilita o alcance da felicidade compartilhada na comunidade, em que o bom caráter, o bem, a justiça e, acima de tudo, a convivência harmoniosa entre todos os seres (vivos e coisas) passa a caracterizar a comunidade, para tal, a educação desempenha papel crucial.

## ***2.1. Ubuntu, como Ética Humanitária (do cuidado e partilha)***

O Ubuntu, em sendo uma ética presente em todas as comunidades africanas, caracteriza-se pelo reconhecimento de uma pessoa, como ser humano, ou seja, a abertura ao diferente, como parte de nós. É uma ética humana, a partir do momento em que, desencadeada na comunidade, visa à preservação da vida do homem e dos seres que, nela, habitam; pauta pelo diálogo, perdão e pela reconciliação para uma boa convivência entre os homens.

No Ubuntu, preserva-se o comportamento humano, e comportar-se de forma humana significa, em primeira instância, “respeitar o Outro, ser indulgente, paciente, ter atitudes corretas e orientar toda a nossa energia para o Outro (altruísmo)”. Por outras palavras, “não basta a existência do Ser (humano) para ser reconhecido como humano. É necessário que o Ser se torne, portanto, que apareça como humano para termos ubuntu” (CASTIANO, 2010: 158). Esse ponto de vista é, também, partilhado por Ramose (1999: 4), ao afirmar que “o ser humano não é suficiente. Se é intimado, e sim, comandado como se fosse para realmente tornar-se um ser humano. O que é decisivo, então, é provar para si mesmo ser a personificação do ubuntu (botho), porque o fundamental julgamento ético, social e legal do humano digno e da conduta humana é baseado sobre ubu-ntu”.

Nesse sentido, o nosso comportamento é crucial para ganhar a categoria de humano, por isso que Castiano, na sua obra *Filosofia Africana: da sagacidade à Intersubjetivação*, sublinha que

“um homem na perspectiva Ubuntu, só é como tal quando trata os outros como seres humanos. O elemento cardinal para ser tratado como homem é a sua conduta generosa e altruísta no tratamento dos outros” (CASTIANO, 2015: 194).

Percebemos que o estatuto de ser humano não é inato, mas sim adquirido, em que um indivíduo conquista, mediante o seu comportamento na comunidade e a forma como trata o Outro e todos os seres que coabitam na natureza. Nas suas ações, o indivíduo deve estar ciente que sempre irá precisar do Outro, por isso deve respeitar o Outro.

Para Mabota (2019: 243-244), o “Ubuntu seria, assim, um modelo de cooperação justo e humanístico que permitiria o desenvolvimento das comunidades políticas particulares, sem prejuízo de outras, por isso, favorável a uma harmonia global”. Portanto, é esse modelo de cooperação justo que Ngoenha chama de justiça restaurativa, não consiste apenas na identificação e na percepção do Outro, como semelhante, “mas também dar-lhe o respeito, admitir que a minha vida é igual a sua. Trata-se do reconhecimento do seu ser, da sua existência, da sua identidade, do seu lugar numa cidade comum (NGOENHA, 2011: 74).

Se o Ubuntu é uma corrente da ética africana, existem valores que o caracterizam e J. Broodryk, citado em Castiano (2010: 164), discrimina-os em valores fundamentais e associados:

*Os valores fundamentais são: humanismo (calor, tolerância, compreensão, paz, humanidade); carinho (empatia, simpatia, ajuda mútua, caridade, amizade); altruísmo (oferta incondicional, redistribuição, abertura, atitude de mão aberta); respeito (comprometimento, dignidade, obediência, ordem, predisposição para cumprir normas sociais) e compaixão (amor, coesão, informalidade, perdão, espontaneidade).*

Enquanto ética humanitária, o Ubuntu manifesta-se como ética do cuidado e partilha. Portanto, “é do cuidado por ser uma filosofia da ação, uma prática comunitária em torno do bem-viver, da relação com a natureza, da sacralização do corpo, das nossas sabedorias ancestrais e da escuta sensível, ou seja, relação ancestral com a vida, com o mundo” (MACHADO: 70). E, também, uma filosofia da partilha, pois a realização de uma pessoa passa pelas outras, em cuja “generosidade é exaltada num sentido cada vez menos convencional, não se trata de doar recursos ou fazer das outras pessoas um objeto da caridade individual. Mas trabalhar juntos e fazer do resultado dos esforços um campo vasto para circulação e proveito de todas as pessoas” (NOGUERA, 2012: 149).

O cuidado e a partilha são transmitidos à criança, ainda cedo, na família, a partir da qual aprende a compartilhar os brinquedos, as roupas (as crianças crescem a usar as roupas dos irmãos mais velhos), o lanche escolar, a casa, ideias (por meio de contos, fábulas...) e, também, a partilhar o futuro. Tal como atesta Ramose (2002: 8), “a caridade começa em casa, a família é governada por máximas éticas do ubuntu (se é através dos outros), de tal forma que é antiético reter ou negar botho/ubuntu a um membro da família, em primeiro lugar, e à comunidade, em geral”.

Na sua obra *Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação*, Castiano explica o Ubuntu como ética do cuidado a partir de analogias com os cuidados que devíamos ter durante a pandemia da Covid-19. Um dos cuidados a tomar, destaca Castiano, consiste em lavar as mãos, frequentemente, com água e sabão. Podemos associar esse cuidado à máxima Ubuntu, segundo a qual “uma mão lava a outra e as duas lavam a cara, considerando o momento de prevenção da covid-19 as duas (mãos) podem salvar a nossa vida e a do Outro; sendo este Outro não um sujeito qualquer, abstrato, senão um concreto, das nossas relações imediatas, como sejam o filho ou a filha, ou a cónjuge, os pais, os avós, a namorada ou namorado, etc.” (CASTIANO, 2021: 222).

## ***2.2. O lugar do Perdão e Reconciliação na Ética Ubuntu***

Como ética humanitária, o Ubuntu olha para a questão do perdão e da reconciliação, como pilar da convivência social. Nesse sentido, a partir do perdão e da reconciliação é possível unir os membros de uma comunidade. Permite “garantir a coesão de uma sociedade profundamente dividida e desigual, marcada pela violência e pela opressão, constituindo-se na possibilidade de convivência dos antigos opressores e oprimidos” (SILVA, 2021: 5).

Nesse sentido, é, a partir do perdão e da reconciliação, que todos os homens podem viver em comunidade sem exclusão de ninguém, independentemente, de ser africano ou europeu, negro ou branco, cristão ou muçulmano, tal como se verificou na África do Sul pós-apartheid, em que o opressor e o oprimido perdoaram e reconciliaram-se em nome de uma convivência pacífica, harmoniosa e desenvolvimentista do país.

Foi a partir do Ubuntu que o governo sul-africano, na pessoa de Nelson Mandela e Desmond Tutu, na luta pela liberdade do Apartheid, destacou-se pela defesa de valores éticos alicerçados na ideia de perdão e reconciliação. Contudo, apesar da violência contra o africano, o Ubuntu pregava que os sul-africanos deviam ter um modo de vida caracterizado pelo “diálogo, justiça restaurativa, comunitarismo, tolerância, reconciliação, perdão, inclusão, solidariedade e diversidade, seja com pares, seja com não pares, diante de um sistema discriminatório, egoísta, antidemocrático e desumano de apartheid” (DJU & MURARO, 2022: 248).

Conforme líder religioso, Desmond Tutu defendeu que o Ubuntu (convivência harmoniosa) é a essência do ser humano, e relaciona-se com a nossa interconectividade, fraternidade, compaixão e a abertura do espírito para a existência. Portanto,

*Ele coloca o conceito como uma teologia do ubuntu por se opor à segregação e à violência, de forma que o perdão seja o único caminho para se alcançar a justiça e o equilíbrio, numa tentativa de conexão com a espiritualidade em um caminho de respeito a ancestralidade, em um ethos moral condizente com o próprio cristianismo e outras religiões, solidificando a tradição africana da ancestralidade, da espiritualidade, do respeito, da compaixão e da fraternidade com o outro e com o lugar que habita (cit. em NEGREIROS, 2019: 122-123).*

Para Ngoenha (2011: 71), a medida dos sul-africanos de escolha de uma comissão de reconciliação e não a instauração de um tribunal especial para punir os crimes contra a humanidade, mostrava, nitidamente, que o caminho a percorrer para passar do human wrongs (erros humanos) ao human rights (direitos humanos) subordinava a tradicional justiça punitiva à reconciliação. Isto é, o reconhecimento público do mal cometido, o arrependimento, a vontade de reintegrar a comunidade com uma nova atitude relacional (é o que se chama Ubuntu).

Nesse caso, o perdão constitui um valor na ética Ubuntu. Portanto, “perdoar pressupõe o exercício de empatia e de simpatia para com o Outro. O perdão é tido como divino. Ele parte da ideia de que todos cometemos erros, mas estes devem ser vistos como lições para o ser humano não repeti-los. O perdão está muito ligado à tolerância, pois é uma das condições básicas para uma vida em comum entre pessoas de diferentes origens mas que se reconhecem e celebram o facto de serem humanos acima de tudo” (CASTIANO, 2010: 165). Sobre a reconciliação, Castiano considera que “não significa fazer pazes com o mal, com a imoralidade, com a injustiça, com a opressão e nem com o vício. Pelo contrário, reconciliação implicava exercer o dom da palavra ao seu mais alto nível, apelando para a profunda qualidade humana existente tanto no opressor

como no oprimido, porque ambos precisam de ser libertados da opressão” (CASTIANO, 2010: 166).

### ***2.3. A Comunidade, como parte integrante da Ética Africana***

A comunidade é parte integrante da ética africana. É o local de defesa e preservação dos valores da comunidade. Tal como afirma Gomane (2019: 85), “a consciência ética comunitária seria para nós o palco da preservação e exercício dos valores sociais, é neste palco que a experiência das consciências individuais exercitariam aquela ética primeiramente pessoal, que debatida e em comunidade de tornaria uma ética social”.

Por essa razão, o conceito de comunidade vai além de um simples aglomerado de pessoas com objetivos comuns, “é um grupo de pessoas ligadas por laços interpessoais, biológicos e /ou não-biológicos, que se consideram principalmente como membros do grupo e que têm interesses, objetivos e valores comuns” (GYEKYE, 2002: 5). Na ética africana, a comunidade ganha um espaço relevante na condução do pensamento e vida dos africanos. Todavia, a comunidade não anula o “eu” do indivíduo ou o indivíduo se anula na comunidade, o que acontece é que ao indivíduo é inculcada a ideia de que “tudo o que fizer à comunidade, volta para si: se provocar o mal à comunidade, provoca-o a si mesmo; se buscar o bem para a comunidade, busca-o para si mesmo, beneficia-se a si mesmo” (DJU & MURARO, 2022: 248).

Dessa feita, é, no contexto da comunidade, que a ética repousa, impõe os seus valores, normas e regras por cumprir. Ora, cabe aos indivíduos, conforme pertencentes à essa comunidade, cumprir essas mesmas regras para o bem de si e de todos. Enquanto pertencer a um coletivo, o indivíduo sempre será o embaixador dela, e, em qualquer local que estiver, estará a representar a sua comunidade, por isso pede-se que se comporte, adequadamente, em nome do coletivo.

O espírito comunitário caracteriza as sociedades africanas, como afirma Leopold Senghor (1977), que “as sociedades negro africanas colocam mais pressão sobre o grupo que sobre os indivíduos, mais na solidariedade que sobre as atividades e necessidades do indivíduo, mais na comunhão das pessoas que em sua autonomia. Nossa sociedade é comunitária”. E, segundo Jomo

Kenyatta (1965), “o individualismo e o egoísmo foram descartados. O pronome pessoal ‘eu’ era usado muito raramente em assembleias públicas. O espírito de coletivismo era (assim) muito enraizado na mente das pessoas” (citados em GYEKYE, 2002: 2).

De fato, é a comunidade que confere ao indivíduo o estatuto de pessoa, e pessoa é aquele que possui a intencionalidade moral, tal como explica Bono (2015: 187), que, no contexto africano “cada homem é dotado da máxima dignidade de pessoa, conquanto seja plenamente inserido na comunidade e se reconheça parte de um todo”. De fato, a comunidade é um amparo ao ser humano. É a partir dessa assertiva que, “na relação com os outros, o ser humano tem noção de pertença; sabe que são os outros que o equilibram novamente, toda vez que se desequilibra. Isso mostra que o indivíduo é interdependente com os pares, na comunidade” (DJU & MURARO, 2022: 249). No mesmo contexto, Bono (2015: 210) volta a considerar que “na idéia de pessoa na filosofia contemporânea contém em si três princípios fundamentais do personalismo: Deus, Pessoa e Comunidade. [...] a comunidade é um elemento fundamental (*I am because we are*) sem o qual o indivíduo seria desenraizado”.

É a partir do caráter comunitário do Ubuntu que o ser humano manifesta ser um Ser de relações e interdependência. O homem precisa dessas relações para sobreviver na comunidade e, por não ser autossuficiente, sempre precisou do Outro. Portanto, não se pode definir o indivíduo sem ter em conta a sua comunidade de pertença e é esta comunidade que garante a identidade do indivíduo, estabelece as regras e julga o não cumprimento.

### ***3. O Neo-comunitarismo, como Corrente da Ética Africana***

Conforme a ética africana, o neo-comunitarismo supera o comunitarismo que se mostrou caduco na edificação de uma ética social. Enquanto o comunitarismo tradicional é limitado, excludente; o neo-comunitarismo olha para todos os homens e chama a atenção a cada membro da comunidade a se responsabilizar pela existência e pelo existir para o outro. É, somente, a partir desse pressuposto que teríamos uma ética autêntica.

#### ***3.1. Do Comunitarismo ao Neo-comunitarismo***

O comunitarismo surge em oposição ao liberalismo, para dar mais ênfase aos laços sociais, ao consenso e às relações entre as pessoas do que a liberdade individual. Portanto, “aparece em contraposição ao liberalismo da filosofia política, do racionalismo universalista, da filosofia analítica, do emotivismo ético e, por fim, como crítica da modernidade” (FILHO & FABRIZ, 2014: 8). É dessa forma que a ideia de comunidade deixou de ser um simples grupo de pessoas com objetivos comuns, e passou a considerar os laços afetivos. Nessa perspectiva, “a noção de comunidade designa um grupo de indivíduos que, não só vivem em comum graças a recursos comuns, mas também se sentem solidários uns com os outros e têm consciência de formar em conjunto uma unidade social orgânica” (DUROZOI & ROUSSEL, 2000: 81).

O conceito de comunidade é acompanhado pelo de solidariedade, em que a comunidade “exige sempre uma inter-relação de solidariedade ou fraternidade entre as pessoas que a compõe visando o bem comum e como conseqüência o bem-estar e finalmente algum tipo de justiça que harmonize as relações e os conflitos que porventura existam” (FILHO & FABRIZ, 2014: 13). Para Mabota (2014: 19), “o comunismo concebe uma idéia de comunidade acentuada nas relações de solidariedade entre os membros que se identificam com a mesma tradição, a mesma cultura, a mesma história. Portanto, MacIntyre defende a solidariedade dentro da cultura; Taylor vai mais além, defende a solidariedade entre as culturas”.

Nesse sentido, a solidariedade se efetiva, na comunidade, a partir do momento em que os seus membros superam o individualismo e abraçam o pluralismo, reconhecendo o Outro como parte de si, numa abordagem multicultural de inter-relação dentro da comunidade, em que o “eu” vem depois de “nós”.

Diferentemente do liberalismo, especialmente de Rawls, que antecede os interesses individuais aos sociais, Taylor considera que “o indivíduo realiza-se dentro de uma comunidade cultural específica, portanto, a comunidade é como se fosse um pano de fundo onde a vida do indivíduo faz sentido”. Por sua vez, MacIntyre considera que a ética nunca pode ser completamente autônoma e nunca pode ser articulada fora da real vida da história da comunidade que carrega as condições sociais existentes nas quais o indivíduo encontra-se situado (MABOTA, 2014). Nesse sentido, em Taylor, nossa identidade requer o reconhecimento dos outros. E, por isso, “negar o reconhecimento pode ser uma forma de opressão” (DUSSEL, 2000: 121). Portanto,

“a sociedade é uma espécie de pano de fundo onde a identidade pessoal faz sentido. Por isso, o indivíduo tem o dever de contribuir para o bem comum dessa sociedade, como forma de garantir a existências do locus que sustenta a sua liberdade e identidade” (MABOTA, 2014: 58).

Apesar de o comunitarismo pregar que a identidade do indivíduo se manifesta dentro da comunidade, deixa algumas limitações na construção de uma ética africana, especialmente, o comunitarismo tradicional africano, que, para Mudzenguerere (2020b: 342), “é fechado em si, os seus membros parecem não ter o espírito de abertura aos membros de outras comunidades. O que acaba, às vezes, alimentando o fundamentalismo como se verifica em alguns países africanos, nomeadamente Quênia, Nigéria, Burundi entre outros”.

A limitação do comunitarismo tradicional não se prende apenas no fundamentalismo, mas também na exclusão e no machismo, em que se percebe dentro das culturas africanas um tratamento desigual entre homens e mulheres, as opiniões dos mais velhos sempre têm mais valor, a cooperação e a solidariedade apenas visam à garantia dos direitos básicos e não o desenvolvimento da comunidade, entre outros (idem). No entender de Mudzenguerere, esse fato torna o comunitarismo limitado para sustentar uma ética africana.

Assim, o comunitarismo, no geral, tanto o tradicional, quanto o moderado, apresenta algumas insuficiências para fundamentar a liberdade social, logo a ética africana, razão pela qual Mudzenguerere propõe o neo-comunitarismo, em que “somos, cada um de nós, responsáveis pela construção e manutenção de comunidades, hoje já não mais comunidades de origem, mas sim ‘de existência’, defendemos a dupla responsabilidade como pilar do neo-comunitarianismo: a responsabilidade individual (o ‘existir-para-o-outro’) e a responsabilidade coletiva (o papel dos dirigentes públicos no Estado)” (MUDZENGUERERE, 2020a: 214).

Enquanto cada membro da sociedade africana pautar pela responsabilidade individual de existir-para-o-outro, teríamos, no seio das comunidades, uma convivência harmoniosa entre os membros, a violência, os conflitos, a miséria e, acima de tudo as guerras reduziriam. Portanto,

*se, de fato, o “existir-para-o-outro” (ou o ubuntuismo) for a lei de convivência interpessoal, começando da família, como a comunidade social mais pequena, até à dimensão da cooperação entre estados no mundo, passando pela cooperação e convivência entre as diversas médias comunidades culturais, econômicas, desportivas, de questões de gênero, entre outras que podem constituir o Estado moderno, então não poderíamos ter, em África e no mundo, uns seres humanos morrendo ou vivendo vidas frias e deploráveis enquanto outros não sabem mais o que fazer pelas suas liberdades demasiadamente realizadas (MUDZENGUERERE, 2020a: 220).*

Com o neo-comunitarismo, estaríamos todos engajados na luta contra os males e as injustiças sociais, não a partir de pequenos grupos com interesses específicos e de forma dispersa, mas sim, em função de toda a teia, social, individual e coletivamente. Seria uma espécie de *modus vivendi* da própria sociedade (MUDZENGUERERE, 2020a: 221). Portanto, o Neo-comunitarismo, assim como a filosofia Ubuntu guiaram os africanos no estabelecimento das relações que instituem com os membros da sua comunidade e de outras, no geral.

### **3.2. O Neo-comunitarismo, como garantia da liberdade social**

Pelo fato de o Neo-comunitarismo ser um valor, deve ser assumido e vivido como condição da realização da liberdade social. É a partir do momento em que se toma a responsabilidade pelo outro que nasce uma convivência harmoniosa e se garante a liberdade social.

Para Mudzenguerere (2020b: 339), o existir para o Outro deve ser percebido como a convivência harmoniosa entre os homens, as relações (boas) caracterizadas pelo amor ao próximo. Como diz o autor, “com o “existir-para-o-outro”, se calhar reporíamos, nas relações humanas, o amor pelo outro enquanto significa cuidar de alguém fazendo alguma coisa que possa tornar a sorte dele melhor”. Nesse sentido, a liberdade social só pode ser alcançada em uma comunidade caracterizada pelos entendimento mútuo e amor. E também,

*só podemos falar da liberdade social num contexto de uma vida vivida em harmonia e cooperação com os outros, uma vida de consideração, de ajuda mútua e de interdependência entre os membros duma comunidade ou sociedade, uma vida em que cada membro participa na efetivação e garantia da liberdade do outro; ou seja, uma vida livre da hostilidade e confrontação, considerada aqui como o proprium da vida em comunidade (MUDZENGUERERE, 2020a: 340).*

O estar ligado ao outro significa que sou responsável por ele e, acima de tudo, pelo o que a minha ação ou inação possa lhe fazer: aquilo que faço conta e conta do mesmo modo, caso desista de fazê-lo. O outro se torna o meu refém e eu me torno, pelo meu lado, refém da minha própria responsabilidade. Cada indivíduo humano é responsável perante alguém mais forte do que ele, e

é, também, responsável por alguém mais fraco do que ele. É o “existir-para-o-outro” (MUDZENGERERE, 2020b: 344).

Sermos responsáveis não significa seguirmos as regras, pode com frequência exigir que desrespeitemos as regras ou tomemos vias de ação não garantidas por regras. Só uma responsabilidade, assim, entendida pode fazer do cidadão africano essa base sobre a qual se torna concebível a construção de uma comunidade humana dotada da capacidade e da inteligência suficientes para enfrentar os desafios do presente (MUDZENGERERE, 2020b: 346).

#### ***4. Ubuntu e Neo-comunitarismo, diante do Individualismo***

A ética africana é caracterizada por uma comunidade que, em harmonia e equilíbrio com a natureza, promove a coletividade e o bem-estar entre as pessoas, o que difere com o pressuposto da sociedade ocidental, que é caracterizada por um individualismo, egocentrismo e segregação. Portanto, “a chamada sociedade moderna se caracteriza pela violência. Se para a comunidade o princípio é união, harmonia e todos por todos, na sociedade hegemônica a ordem é cada um por si e todos contra todos (concorrência)” (FILHO, UYETAQUE & CHICO, 2021: 6).

Para Dussel, os três mal-estares da modernidade são: “o individualismo, a primazia da razão instrumental ou do capitalismo tecno-lógico e o despotismo do sistema”, que provocam uma perda do sentido da vida, um eclipse dos fins e uma falta de liberdade na sociedade burocratizada (DUSSEL, 2000: 121). Assim, Jean-Bosco Kakosi (2018), citado em Negreiros (2019: 124), assegura que a grande diferença entre a cosmovisão ocidental e africana gira em torno da questão da alteridade presente no Ubuntu. Para ele, a Filosofia ocidental tem sua base no ‘res-cogitans’, cujo fulcro é o ‘EU’, enquanto que, na cosmovisão africana, é o ‘nós’ que prevalece, é a solidariedade, a fraternidade e o ‘eu’ está incluso no ‘nós’, no coletivo.

Assim, pelo fato de o ocidente e a África se diferenciarem por um conjunto oposto de valores, sendo que “as sociedades ocidentais definir-se-iam pelo capitalismo e individualismo, ao passo que as sociedades africanas seriam sociedades comunitaristas por natureza” (MABOTA, 2019: 193). A professora e ativista social Dalene Swanson propõe o Ubuntu como “alternativa ecopolítica” à globalização econômica neoliberal, entendendo-o, como uma forma ética de

conhecer e de ser em comunidade. Portanto, o pensamento Ubuntu liga o indivíduo ao coletivo, por meio da “fraternidade” ou da “sororidade”, contribuindo para as “formas nativas de conhecer o ser” (CAVALCANTE, 2020: 190). E, para Mabota (2019: 243), devido à sua abertura ao outro, o Ubuntu torna-se uma proposta para a superação do neoliberalismo, “pelo facto do Ubuntu compreender uma racionalidade coletiva (humanismo expresso pelo espírito de cooperação e solidariedade comunal) e esta mostrar-se melhor que a racionalidade individual do neoliberalismo (inumanismo expresso por uma competição desleal e individualismo)”.

Dessa feita, o humanismo que se manifesta no Ubuntu e Neo-comunitarismo não se compara ao europeu, pois, para além de diferente, supera-o, na medida em que o centro deixa de ser o indivíduo e passa a ser a comunidade, ou seja, o conceito de bem deixa de ser pessoal e passa a coletivo. Tal como afirma Ramose (2009), “no ocidente a filosofia fundamenta-se, sobretudo, no individualismo como princípio supremo em detrimento, inclusive, do direito à vida, constituindo um sistema excludente que acarreta a desvalorização do outro humano”. Ademais,

*O conceito de humanidade no ubuntu supera o ocidental porque preza pelo equilíbrio ecológico, todos os seres vivos têm valor intrínseco, as árvores merecem respeito e empatia, a natureza implica compaixão, os mortos conectam-se aos vivos espiritualmente, a terra sendo um bem humanitário e não só, não pode ser apropriada, comercializada e explorada igual à produção industrial moderna capitalista (FILHO, UYETAQUE & CHICO, 2021: 6).*

Essa ideia realça a diferente existente entre a cultura africana e a ocidental, havendo entre as duas “um claro distanciamento onde se opõe de um lado o antropocentrismo ocidental e, do outro, o biocentrismo africano, cuja compreensão é que todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência” (NEGREIROS, 2019: 123). Isso faz com que “a ética inspirada na filosofia ubuntu é a única que (ainda) escuta a Natureza, porque anda próxima dela; diferente é o caso de outros continentes, especialmente a Europa, em que a sua ética já se perdeu esta proximidade com a sua própria Natureza” (CASTIANO, 2021: 221). Segundo Ramose (2009: 170), um dos princípios do Ubuntu que vai ao contraponto dos valores ocidentais repousa no axioma: “Feta kgomo o tshware motho, que significa que, quando uma pessoa estiver diante de uma escolha entre os valores da riqueza ou da vida de outro ser humano, o último sempre deverá prevalecer em sua decisão; ou seja, a acumulação de riquezas não possui papel central nestas sociedades, mas sim o cuidado mútuo entre os povos”.

O discurso liberal é individualista e egocentrista, baseado na aquisição de capital, com valorização do mercado e conivência estatal, tudo em nome do desenvolvimento, sem olhar para a necessária observância na efetiva prestação das necessidades básicas da população, que não consegue, então, se incluir na sociedade. Há, no discurso liberal, uma perda total do senso de comunidade como sociedade política e participativa, só interessando ao discurso liberal a participação social na economia (FILHO & FABRIZ, 2014: 8) De fato, o individualismo ocidental é negativo porque, muitas vezes, “se traduz em uma competitividade impetuosa. Isso está em contraste com a preferência africana para a cooperação, o trabalho em grupo ou shosholoza (trabalho em equipa)” (OLIVEIRA, SANTOS & MIRANDA, 2016).

Enquanto o liberalismo capitalista, pelo seu excessivo individualismo, divide as pessoas e as coloca em uma posição de concorrência, o Ubuntu e o Neo-comunitarismo as unem, de tal forma que um se identifica no outro e, assim, cada um é chamado a se responsabilizar pela existência do outro. Portanto, a questão do eu só pode apenas ser articulada no contexto dos meus laços sociais. Isso caracteriza a concepção comunitarista do self, como expansão da visão de si mesmo, por intermédio de outras pessoas. Essa é uma visão oposta à liberal que concebe o self, como conquista da noção de si, por meio da sua independência dos outros (MABOTA, 2014: 50).

Em suma, em um mundo desigual, competitivo, injusto e de guerra, como o nosso, o Ubuntu e o Neo-comunitarismo tornar-se-iam melhor que o neo-liberalismo, à medida que cultivam virtudes essenciais para manter uma harmonia social, inclusiva, que respeita as diferenças e cria um ambiente de amor, paz, responsabilidade, harmonia e liberdade social, perdão e reconciliação.

## *Considerações finais*

O Ubuntu e o Neo-comunitarismo são correntes da ética africana e representam uma cosmovisão dos povos Bantu no relacionamento com o Outro. Portanto, é mediante o Ubuntu que o homem toma consciência da responsabilidade que tem pelo Outro, tratando-o com dignidade, compaixão, generosidade e criar condições para um bem-estar social.

O Ubuntu e Neo-comunitarismo defendem a responsabilidade e o respeito pelo Outro, em que, a partir da máxima eu sou porque nós somos, o indivíduo ganha juízo de que ninguém pode ser humano sozinho, o homem sempre precisa do Outro, e a existência do Outro passa a ser sua responsabilidade, como ser livre e social. Ou seja, ao indivíduo é atribuída a responsabilidade individual pela existência e pelo cuidado de outros membros da comunidade.

Nessa ética, a comunidade ganha um espaço de destaque, como um local de interconexão entre os homens, em que os valores éticos são cultivados por cada um para o bem de todos, como se tratasse de uma teia. Assim, podemos fazer uma analogia com o sistema operativo Ubuntu que foi desenhado para computadores, o qual pode ser utilizado facilmente por qualquer pessoa.

O Ubuntu, assim como o Neo-comunitarismo são pilares da ética africana e se diferem da ética ocidental que se alicerça no individualismo em cuja liberdade é definida de forma singular e não coletiva. Como pilares da ética africana, ganham importância no mundo em que vivemos para o alcance da harmonia global e evitar conflitos de ordem política, econômica e religiosa que agudizam, cada vez mais, as desigualdades sociais e solidificam as fronteiras culturais.

## Referências Bibliográficas

- BONO, Ezio L (2015). *Muntuísmo: a ideia de pessoa na filosofia contemporânea*, 2ª Ed.. Maputo: Paulinas.
- CASTIANO, José P (2010). *Referenciais da Filosofia Africana. Em busca de uma Intersubjetivação*. Maputo: Ndjira.
- CASTIANO, José P (2015). *Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjetivação*. Maputo: Educar.
- CASTIANO, José P (2021). *Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação*. Maputo: Educar/Edi-Line.
- CAVALCANTE, Kallison L (2020). *Humanismo Africano nos ensinamentos da Filosofia Ubuntu*. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso.
- DJU, António O. & MURARO, Darcísio N (2022). *Ubuntu como modo de vida: contribuição da Filosofia Africana para pensar a Democracia*. Marília: Trans/Form/Ação, p. 239-264.
- DUROZOI, Marina & ROUSSEL, André (2000). *Dicionário de Filosofia. Dicionários Temáticos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- DUSSEL, Enrique (2000). *Ética da Libertação na idade da globalização e exclusão*. Brasil: Vozes.
- FILHO, Carlos F.; Uyetaque, Nicolli S.; Chico, Hermelindo (2021). *Ubuntu: uma filosofia alternativa à crise ambiental*. *Revista da Faculdade de Direito, Goiânia*, v. 45, n. 3, 26 p.
- FILHO, Jorge A., & FABRIZ, Daury C (2014). *Dever fundamental, Solidariedade e Comunitarismo*. *Derecho y cambio social*, n. 35, ano XI. Disponível em: <http://www.derechocambiosocial.com/revista035/INDICE.htm>.
- GOMANE, Manuel. C (2019). *Ética e Filosofia Ubuntu: da problemática da concepção ao debate epistemológico*. *Revista Reflexões*, Fortaleza-CE, Ano 8, Nº 15, p. 80-87. Disponível em: <https://revistareflexoes.com.br/artigos/etica-e-filosofia-ubuntu-da-problematICA-da-concepcao-ao-debate-epistemologico/>. Acesso em: 15 jan.2024.
- GYEKYE, Kwame (2002). *Pessoa e Comunidade no Pensamento Africano*. Nova Iorque: Routledge, p. 297-312.

- KASHINDI, Jean-Bosco K (2017). *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva*. Cadernos IHU Ideias.
- MABOTA, António (2014). *As críticas de Alasdair MacIntyre e Charles Taylor à Concepção de comunidade e de Justiça do Liberalismo Rawlsiano*. Maxixe, Moçambique: Educar.
- MABOTA, António (2019). *Ubuntu, uma possibilidade de Alternativa ao Neoliberalismo como fundamento das relações Norte-Sul*. Minho: Instituto de Letras e Ciências Humanas.
- MUDZENGUERERE, David S (2020a). Ativismo social no contexto comunitário em África. O Neocomunitarismo como possibilidade. *KWANISSA - Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros*, n. 6, jul/dez, p. 210-222. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/14444>.
- MUDZENGUERERE, David S (2020b). A liberdade social do Neocomunitarismo como desafio do ensino superior. *RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem-estar*, p. 338-352.
- NASCIMENTO, Alexandre (2014). Ubuntu como fundamento. *UJIMA - Revista de estudos culturais e afro-brasileiros*.
- NEGREIROS, Regina C (2019). Ubuntu: considerações acerca de uma filosofia Africana em contraposição a tradicional filosofia ocidental. *PROBLEMATA: International Journal of Philosophy*, V. 10. n. 2, p. 111-127. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/regina\\_coeli\\_negreiros\\_-\\_ubuntu.\\_considera%C3%87%C3%95es\\_acerca\\_de\\_uma\\_filosofia\\_africana\\_em\\_contraposi%C3%87%C3%83o\\_a\\_tradicional\\_filosofia\\_ocidental.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/regina_coeli_negreiros_-_ubuntu._considera%C3%87%C3%95es_acerca_de_uma_filosofia_africana_em_contraposi%C3%87%C3%83o_a_tradicional_filosofia_ocidental.pdf). Acesso em: 15 jan.2024.
- NGOENHA, Severino E (2011). Ubuntu: novo modelo de justiça glocal? In: S. E. Ngoenha, & J. P. Castiano. *Pensamento Engajado. Ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política*. Maputo: Editora Educar, p. 63-74.
- NOGUERA, Renato (2012). Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspetivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p. 147-150. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358>. Acesso em: 15 jan.2024.

- OLIVEIRA, Luís C.; SANTOS, Ramos R.; MIRANDA, Janira S (2016). *Ubuntu: a filosofia africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência*. Educação para as Relações Etnicorraciais.
- RAMOSE, Mugobe (1999). *A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como Filosofia*. Harare: Mond Book, p. 49-66.
- RAMOSE, Mugobe (2002). *A Ética do Ubuntu*. Nova Iorque: Routledge, p. 324-330.
- RAMOSE, Mugobe (2009). Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A., p. 135-176.
- SARAIVA, Luís A (2019). O que e quem não é Ubuntu: crítica ao “eu” dentro da Filosofia Ubuntu. *PROBLEMATA: International Journal of Philosophy*. p. 93-110.
- SILVA, Fabrício P (2021). Ubuntu como filosofia moral? *Veritas, Revista de Filosofia da PUCRS*, v. 66, n. 1, p. 1-15. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/39919>. Acesso em: 15 jan.2024.
- VASCONCELOS, Francisco (2017). A. Filosofia Ubuntu. *LOGEION: Filosofia da Informação*, p. 100-112.